

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### A problematização da jurisdição contenciosa no direito penal

#### Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Alexandre Fonseca Monteiro De Castor  
Flávia Rodrigues Cantagalli  
Felipe De Almeida Campos  
Ivone Alves De Sousa Santos

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

#### Introdução

A jurisdição contenciosa é aquela que visa uma determinação judicial tendo a obrigação de uma parte contraria e no final desse "conflito de interesses" será julgado o processo e uma das partes sairá beneficiada previsto no art. 719 ao art. 725 do novo CPC. Contudo a jurisdição contenciosa, no contexto do direito penal, parte do pressuposto da autoridade do sistema judicial para resolver litígios e aplicar a lei penal em casos de violação das normas criminais. Diante dessa introdução redigida vários problemas podem surgir desta conjuntura como por exemplo: A Ineficiência do sistema judicial, falta de acesso à justiça, corrupção e parcialidade, falta de recursos e capacidade investigativa e por fim questões de interpretação da lei

#### Objetivo

A ineficiência do sistema judicial é um dos principais obstáculos enfrentados pela jurisdição contenciosa no direito penal. Processos demorados, acúmulo de casos e falta de recursos contribuem para atrasos na resolução de litígios, resultando em injustiças e descrença no sistema. Assim deve-se promover meios fortaleçam o sistema judicial, combatendo a corrupção e a parcialidade.

#### Material e Métodos

A falta de acesso à justiça é um problema significativo. Grupos marginalizados, devido a fatores como custos elevados, falta de representação legal adequada a discriminação, encontrando obstáculos para buscar reparação ou defender seus direitos perante o sistema judicial. A corrupção e a parcialidade visam a integridade do sistema judicial, afetando a imparcialidade dos julgamentos e a confiança do povo na justiça. O suborno de juízes, promotores e policiais distorce a aplicação da lei penal, beneficiando alguns a custa de outros.

#### Resultados e Discussão

Diante os desafios enfrentados pela jurisdição contenciosa no direito penal exigem uma abordagem multidimensional e colaborativa, rodeando não apenas o sistema judicial, mas também legisladores, órgãos de aplicação da lei e a sociedade civil.

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação  
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



"Oportuno notar que, a teor do disposto nos artigos 39, §5º, e 40 do Código de Processo Penal, o inquérito policial não é essencial para a instauração da ação penal. No Brasil, adota-se o sistema facultativo de investigação criminal, ou seja, o Ministério Público ou o ofendido podem acusar, sem prévia investigação policial, caso tenham provas suficientes da materialidade e da autoria delitiva."

Assim é perceptível o grande furo na questão de material e no teor investigativo, perante tal afirmação diante de esforços coordenados e compromisso com a justiça e o Estado de Direito, podemos superar esses desafios e fortalecer a integridade e eficácia do sistema judicial no contexto penal.

### Conclusão

Assim para superar esses problemas, é essencial promover reformas que fortaleçam o sistema judicial, sendo garantido um acesso igualitário à justiça, combatendo a corrupção e a parcialidade, aumentem os recursos e a capacidade investigativa e promovam uma interpretação consistente e justa da lei. Logo conseguiremos assegurar que a aplicação da lei penal seja verdadeiramente justa, equitativa e eficaz, permitindo a proteção dos direitos individuais e a segurança da sociedade de forma mais ampla.

### Referências

- 1- <https://www.projuris.com.br/novo-cpc/art-719-a-725-do-novo-cpc/>
- 2 - [https://www.teses.usp.br/teses/disseminacao/2/2137/tde-27082009-114835/publico/Andre\\_Augusto\\_Mendes\\_Machado\\_Dissertacao.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disseminacao/2/2137/tde-27082009-114835/publico/Andre_Augusto_Mendes_Machado_Dissertacao.pdf)
- 3- <https://www.defensoria.rs.def.br/quase-25-da-populacao-brasileira-esta-impedida-de-reivindicar-seus-direitos-aponta-pesquisa-nacional-da-defensoria-publica#:~:text=Defensoria%20P%C3%A3Blica%202022.-,S%C3%A3o%2052.978.825%20brasileiros%20sem%20acesso%20C3%A0%20assist%C3%A3ncia%20jur%C3%A3o%20gratuita,4%25%20entre%202018%20e%202021.>